



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Ofício nº 189/2022secp

Brasília, 25 de maio de 2022.

Aos Sindicatos Filiados
À Fenajufe

Assunto: convoca caravana/delegações/representações para Brasília – Encaminha calendário de atividades e mobilizações imediatas, bem como calendário de encontros até o final de 2022.

Senhores Dirigentes Sindicais,

A Diretoria Executiva da Fenajufe, que tomou posse no último dia 30 de abril, realizou o seu planejamento estratégico no último final de semana (21 e 22/5). Durante a reunião, o planejamento cedeu espaço para a Diretoria fazer a discussão das questões consideradas urgentíssimas, onde foram destacados os seguintes pontos: Campanha Salarial 2022 – Recomposição emergencial dos salários; Nível Superior para Técnicos (PL3662/2021); Majoração da Indenização de Transporte dos Ojafs; Desjudicialização do processo de execução (PL6204/2019); Quinquênios (PEC 63/2013).

Campanha Salarial

Sobre a campanha salarial 2022, a Fenajufe reivindicou uma recomposição das perdas inflacionárias do governo Bolsonaro com o índice de 19,99%, a Diretoria avaliou que ainda não tem nada garantido, apenas circula de forma não oficial um suposto reajuste linear de 5% a todos os servidores públicos federais, mostrando um desmedido caráter demagógico com objetivo de desmobilizar o funcionalismo. O certo é que não tem nada garantido, nem para os servidores(as) do Executivo, nem para nós do PJU e MPU.

Em outros tempos a categoria já estaria em greve, não fosse a pandemia e o teletrabalho que desmobilizou grande parte dos(as) servidores(as). Porém, com o avanço da vacinação, é



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

hora de colocarmos a categoria em movimento se quisermos conquistar algum percentual ainda neste ano. Cabe lembrar que, para efeito ainda em 2022, de acordo com o assessor econômico da Fenajufe Luiz Alberto dos Santos, o prazo a ser observado é 4 de julho, ou seja, 180 dias antes do fim do mandato do presidente – data limite para sanção da lei concessiva de qualquer tipo de reajuste.

Na próxima semana (31/5), a Fenajufe realizará reunião Ampliadinha em formato híbrido com a participação das delegações que estarão em Brasília. A ideia da reunião é conscientizar, traçar ações e estratégias para em curto espaço de tempo colocar a categoria em movimento com desenvolvimento de ações concretas nos estados e em Brasília com vistas a garantir a recomposição salarial até junho deste ano.

Neste sentido, a Fenajufe convoca os sindicatos filiados a enviarem caravanas/delegações/representações na próxima semana para cumprir agenda em Brasília, mas também as atividades de mobilização devem ser desenvolvidas nos estados com predominância nos dias 31/5 e 1º/6 com as mesmas pautas referidas neste ofício, quais sejam: Recomposição Salarial; Nível Superior para Técnicos (PL3662/2021); Majoração da Indenização de Transporte dos Ojafs; Desjudicialização do Processo de Execução (PL6204/2019) e Quinquênios (PEC 63/2013).

Veja como ficou o calendário de lutas aprovado:

Calendário de maio e junho de 2022:

30/5 (segunda-feira):

14 horas – Ato político em favor da recomposição da Indenização de Transporte dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, por ocasião da sessão do CJF;

31/5 (terça-feira):

9 horas – Ato público dos Servidores Públicos Federais (SPF's) com concentração no espaço do servidor, com Marcha (organizado pelo Fonasefe)

14 horas – Grande Ato Político “**Pela valorização das Servidoras e Servidores Públicos: Recomposição Inflacionária Já**” no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados. O



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

objetivo é pressionar o governo e engajar os parlamentares (deputados e senadores) na luta pela recomposição salarial dos SPF's.

19 horas – (Ampliadinha) Reunião híbrida da Diretoria Executiva com um representante de cada Sindicato Filiado e com as delegações que estiverem em Brasília.

1º/6 (quarta-feira):

Manhã: Atividade no Congresso Nacional - A Fenajufe orienta a permanência em Brasília para cumprimento de agenda no parlamento e/ou TCU com entrega de carta aos parlamentares acerca dos seguintes temas: quinquênios, NS, Desjudicialização e recomposição salarial.

Tarde: atividade no STF para entrega materiais da Federação aos Ministros e suas assessorais acerca dos seguintes temas: NS e recomposição salarial

Até 7/6 – Rodada Nacional de Assembleias no Estados para discutir e aprovar o calendário e indicativo de Dia Nacional de Paralisação e de Mobilização dos Servidores do PJU e MPU. Os Sindicatos devem enviar por escrito o resultado das assembleias para encontro.fenajufe@gmail.com até o dia 7/6.

8/6 – Realização da nova (Ampliadinha) Reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe com um representante de cada sindicato filiado para avaliar o grau de mobilização e adesão ao dia 15/6.

15/6 - Indicativo de Dia Nacional de Paralisação e Mobilização dos(as) Servidores(as) do PJU e MPU

Segue Link para cadastramento de Parlamentares visitados: <https://bit.ly/38hjeyg>
Orientamos aos participantes fazerem o cadastro com as informações da visita ao parlamentar, a medida visa evitar que um parlamentar seja visitado mais de uma vez, enquanto outros ficam sem receber o contato necessário das delegações. Segue ainda o link para visualização de Parlamentares visitados: <https://bit.ly/3wLP0gn>. Importante fazer esta verificação sempre antes da visita.

Ainda serão encaminhados link do drive onde estarão as artes e os documentos referentes aos tópicos aqui elencados com pareceres para estudo prévio das delegações, e material gráfico para que as entidades possam utilizar nas atividades locais.

Indenização de Transporte



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

A IT dos oficiais de justiça está sem reajuste há mais de 10 anos. Interessante registrar que o veículo utilizado nas diligências pertence ao oficial e as despesas com aquisição, seguro, IPVA, manutenção, etc. são por conta deste servidor, a indenização de transporte teria que ressarcir todo esse gasto. Considerando, apenas, os aumentos dos combustíveis no ano de 2022, já seria justificada uma correção na referida rubrica. Em razão da defasagem existente, muitos oficiais estão querendo abrir mão da IT, porém, como os Tribunais não possuem estrutura logística para fornecer veículos, repassam a responsabilidade para o CJF e o CSJT. Vale ressaltar que muitos locais de cumprimento de mandados estão localizados em zonas rurais ou em zonas urbanas não atendidas por transporte público. Assim, é premente a necessidade de reajuste do valor da indenização de transporte, para corrigir esta injustiça que se perpetua por anos. O valor atual da Indenização de Transporte dos Ojafs na Justiça Federal apresenta defasagem de mais de 30% em relação à inflação acumulada desde o último reajuste, de acordo com estudos do economista Washington Lima.

Diante disso, a Fenajufe convoca os servidores para ato público em frente ao CJF na próxima segunda-feira 30/5, a fim de nos posicionarmos de maneira contundente para que a matéria seja pautada e os conselheiros votem pelo justo reajuste da IT.

Nível Superior para Técnicos (PL3662/2021)

O Projeto de Lei 3662/2021 transforma cargos vagos das carreiras de Auxiliar Judiciário e de Técnico Judiciário em cargos vagos da carreira de Analista Judiciário no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para exigir o curso de ensino superior completo como requisito para a investidura na carreira de Técnico Judiciário do Poder Judiciário da União.

A Fenajufe defende o referido projeto de lei, conforme aprovado na Câmara dos Deputados, tendo em vista que foram elencados pela relatora Celina Leão (PP/DF) duas questões de luta histórica para todos os trabalhadores do judiciário brasileiro.

Primeiro, o parágrafo único no qual se faz entender que os cargos de Analista Judiciário bem como de Técnico Judiciário do Quadro Permanente do TJDF, são essenciais à atividade



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

jurisdicional. E segundo diz respeito a uma importante conquista dos Técnicos Judiciários, no qual passa a ser exigido o Nível Superior para os ocupantes do cargo de Técnico Judiciário. Este dispositivo foi apresentado pela deputada Erika Kokay (PT/DF) em formato de emenda e sendo acatada pela relatora Celina Leão (PP/DF).

Neste sentido, o trabalho a ser feito pelas delegações dos sindicatos é o de conversar com os líderes e senadores em geral para que pressionem o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco para que dê os encaminhamentos necessários ao referido PL 3662/2021, colocando-o em tramitação no Senado Federal o mais rápido possível e para que aprovem o projeto, conforme veio da Câmara dos Deputados. A Fenajufe encaminha anexo o Parecer da AJN e a Carta aos Senadores fazendo esse pedido.

Desjudicialização do PJU (PL6204/2019)

Proativismo Financeiro e a indústria dos Cartórios em detrimento de menores custos aos cidadãos. Além de tornar o processo mais oneroso para a sociedade, o projeto de lei representa um esvaziamento da atividade judicante e uma desqualificação do serviço prestado e, na prática, significa a privatização e esvaziamento da atividade judicante, uma vez que propõe retirar essas atribuições, que hoje são do estado, através do magistrado e dos servidores públicos – responsáveis por dar encaminhamento aos atos ordinatórios –, e pretende passar para o setor privado. De fato, trata-se de um retrato do modelo político e econômico que o país está vivendo hoje, onde se pretende impor um modelo que visa a minimizar a participação do Estado em defesa do povo. Então, esse projeto de lei está dentro desse contexto do Estado mínimo, de abstrair as atribuições do Estado, no caso, do Poder Judiciário, da magistratura e dos servidores públicos, a fim de impor aos cidadãos maiores custos em país de dimensões continentais e beneficiar o proativismo financeiro e a indústria dos Cartórios.

A Fenajufe já oficiou todos os líderes do Senado se posicionando **integral e terminantemente contra o PL 6204/2019, que dispõe a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial.**

A Fenajufe encaminha anexo a Nota Técnica elaborada pela AJN e ofício para serem entregues aos Senadores durante as visitas nos gabinetes.



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

PEC 63/2013 – Quinquênio

A PEC do Quinquênio propõe-se a alterar à Constituição Federal para estabelecer que os integrantes do Ministério Público e magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal façam jus à parcela mensal indenizatória de valorização por tempo de exercício no Ministério Público e na magistratura, calculada na razão de cinco por cento do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio de efetivo exercício, até o máximo de sete. A proposta foi apresentada em 2013 e passou os últimos anos praticamente esquecida no Senado. Recentemente, ela começou a receber uma série de emendas, o que evidencia o surgimento do debate em relação ao tema.

Entre as recentes inclusões de emendas anexadas ao texto original a Fenajufe se manifestou favorável à emenda apresentada pelo senador Alessandro Vieira (PSDB/SE) que visa beneficiar todas as servidoras e os servidores públicos federais.

O adicional por tempo de serviço foi retirado dos servidores públicos em 2009 e dos juízes em 2014. A emenda visa corrigir não só problemas exclusivos da magistratura e do Ministério Público. Sua aprovação cria “mecanismo de valorização do serviço público como um todo”.

Numerada como Emenda de Plenário nº 7, a matéria aguarda designação de relator para análise no Senado Federal. A providência respeita o princípio da isonomia, conforme cláusula da Constituição Federal (CF de 1988).

A Fenajufe orienta que as entidades busquem diálogo com senadores de seus estados para defender a inclusão do conjunto do funcionalismo público na PEC 63.

Planejamento da Diretoria Executiva 2022 - Calendário de Encontros a serem realizados até o final do ano em formato híbrido

A reunião de planejamento aprovou ainda o calendário de reuniões que deverá acontecer até o final do ano. O objetivo é dar condições para que os sindicatos filiados possam realizar as reuniões preparatórias nos estados com bastante antecedência para adquirir as passagens com o menor custo possível a fim de reduzir os impactos orçamentários das entidades quanto a custos de deslocamento e enviarem o resultado



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

das assembleias com propostas e sugestões com antecedência para a devida sistematização pela Fenajufe.

A orientação é que todos os sindicatos filiados tenham os mesmos Coletivos (núcleos) em nível regional, por isso a Fenajufe fomenta a criação, organização e funcionamento dos coletivos locais.

Importante, destacar que os coletivos que não estão com datas estabelecidas, serão definidas no encontro nacional de carreira que ocorrerá em dezembro de 2022.

Calendário:

9 e 10/7 – Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão

23 e 24/7 – Eneje – Encontro Nacional dos Servidores e Servidoras da Justiça Eleitoral

30 e 31/7 – Encontro Nacional de TI (Tecnologia da Informação)

6 e 7/8 - ConSaúde – Encontro Nacional do Coletivo Nacional de Saúde da Fenajufe

17 e 18/9 – Conap - Encontro do Coletivo Nacional de Aposentados e Pensionistas

22 e 23/10 – Cojaf – Encontro Nacional do Coletivo de Oficiais de Justiça

5 e 6/11 – Conan – Encontro Nacional de Analistas do PJU e MPU

26 e 27/11 – Encontro Nacional de Pretas e Pretos do PJU e MPU

9 e 10/12 – Encontro Nacional de Carreira

2023

Em 2023, haverá novo planejamento estratégico com aprovação de calendário de 2023, já ficando sinalizados os seguintes encontros:

Contec – Encontro Nacional do Coletivo de Técnicos do PJU e MPU

Conapol – Encontro Nacional do Coletivo da Polícia Judicial e do MPU



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Coletivo de Auxiliares – Encontro Nacional do Coletivo de Auxiliares

Março – Encontro Nacional de Mulheres

Encontro Nacional de LGBTQIA+

Junho - (indicativo) Plenária Nacional da Fenajufe (Belém)

Contando com a adesão de todos os Sindicatos nas atividades convocadas, apresentamos nossas saudações sindicais.

Atenciosamente,

Lucena Pacheco Martins
Coordenadora Geral

Márcia Valéria Ribas Pissurno
Coordenadora de Formação Política e Sindical